



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII LEGISLATURA

REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL

N.º 42 -VII-2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Depois dos debates que antecederam a constituição da empresa SPRHI, S.A, a quem caberá responsabilidades no processo de reconstrução, abatem-se sobre esse processo, no plano institucional, um pesado silêncio que não é nem legítimo, nem aceitável e para mais frustra completamente a natural ansiedade de muitos sinistrados que não têm o seu caso resolvido.

Nesta conformidade e sem prejuízo de outras iniciativas institucionais o Grupo Parlamentar do PCP requer ao Governo Regional, com a maior urgência e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, respostas para as questões seguintes:

- 1 – Quantas moradias reconstruídas no Faial e Pico estão neste momento entregues mas sem utilização?
- 2 – Quais as razões que levam a que essas moradias reconstruídas não tenham utilização? De entre essas quantas são as que face ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/98/A teriam que ser obrigatoriamente colocadas no mercado de arrendamento por um período de tempo de 8 anos?
- 3 – Foi equacionada a possibilidade de moradias reconstruídas e não utilizadas poderem ser, a solicitação do próprio Governo Regional, arrendadas a sinistrados ainda não alojados?
- 4 – Quantos pré-fabricados já foram desactivados ou destruídos nas ilhas do Faial e Pico?
- 5 – Quantos processos do 1º escalão já despachados e aprovados estão fora das empreitadas públicas?



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII LEGISLATURA

- 6 – Quantos sinistrados, em ambas as ilhas, são beneficiários do 1º escalão mas não têm terreno para implantação das casas?
- 7 – Quantos processos do 2º e 3º escalão já aprovados estão a aguardar execução?
- 8 – Que decisão está tomada quanto à gestão de todos os casos não incluídos nas empreitadas públicas? Serão atribuídos à SPRHI, S.A, ou serão geridos de outra forma?

Assembleia Legislativa Regional, 02 de Junho de 2003

O Deputado Regional do PCP

(José Decq Mota)